

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 548.671 - MG (2019/0357144-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : HUGO FERREIRA MARTINS E OUTROS  
**ADVOGADOS** : TIAGO AUGUSTO OLIVEIRA GONCALVES - MG147805  
HUGO FERREIRA MARTINS - MG178222  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : ALAN FERNANDO VIEIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de **ALAN FERNANDO VIEIRA** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Consta dos autos que o paciente teve a prisão preventiva decretada em 8/10/19 pela suposta prática do crime previsto no artigo 317 do Código Penal.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* junto ao Tribunal de origem, que denegou a ordem.

Neste *writ*, o impetrante sustenta, em suma, a ausência de fundamentação para a decretação da prisão preventiva, tendo a decisão se amparado em argumentos genéricos e abstratos. Aduz que o paciente foi afastado do presídio onde trabalhava por conta da investigação, não havendo a mínima possibilidade de praticar novo crime dentro do presídio. Afirmar, ainda, que o paciente é primário, ostenta bons antecedentes, possui ocupação lícita e residência fixa, sendo cabível a fixação de medida cautelar diversa da prisão.

Pleiteia, em sede de liminar, a concessão da ordem para que seja relaxada a prisão preventiva do paciente.

### **É o relatório.**

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Ademais, não é recomendável o deferimento de liminar que se confunde com o mérito da pretensão formulada no *habeas corpus* (HC 306.389/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe de 14/10/2014; HC 306.666/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe de 13/1/2014).

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se, à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeiro grau, informações - a serem prestadas por malote digital, preferencialmente - e a senha de acesso para consulta ao processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Cumpridas as diligências acima referenciadas, tornem-me conclusos.  
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS  
Relator

